

# LGBTQQICAPF2K+ entre a transparência e a opacidade: as restritivas na determinação das identidades

*LGBTQQICAPF2K+ between transparency and opacity: the restrictive clauses in determining identities*

Ezequiel Pires<sup>1</sup>

Bruna Moura<sup>2</sup>

## RESUMO

O seguinte artigo, inserido no aparato teórico da Análise do Discurso pecheutiana, trilha um caminho teórico-analítico com o objetivo de analisar os efeitos de sentido construídos na descrição dos nomes presentes na sigla LGBTQQICAPF2K+. Para isso, mobilizou-se uma matéria publicada na revista *Alternativa L*, feita por LGBTI+ para LGBTI+. Assim, a partir do que a matéria apresenta como nomes que representam as letras da sigla, e das frases que descrevem tais nomes, traz-se como percurso analítico o processo de designação e reescrituração da sigla, assim como da reescrituração enquanto orações restritivas que determinam as identidades da minoria de gênero e sexualidade. Desse modo, mostrou-se que, pelo funcionamento discursivo de glossário circulando em um espaço compreendido enquanto jornalístico, há um discurso pedagógico que atravessa as questões identitárias de gênero e sexualidade e busca trazer à luz compreensões sobre o que é ou não, o que pode ser ou não entendido sobre a diversidade.

Palavras-chave: *LGBTQQICAPF2K+*; *Orações restritivas*; *Glossário*.

## ABSTRACT

The following essay, based on the theoretical apparatus of the Pecheutian Discourse Analysis, follows a theoretical-analytical path to analyze the effects of meaning constructed in the description of the names present in the acronym LGBTQQICAPF2K+. For this purpose, an article published in the magazine *Alternativa L*, made by LGBTI+ for LGBTI+, was mobilized. Thus, from what the article presents as names that represent the acronym letters and as sentences that describe such names, the designation and rewriting process of the acronym is brought as a theoretical-analytical discussion, and

---

1 Doutorando na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2 Mestranda em Linguística na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

the rewriting of the acronym was also analyzed as restrictive sentences that determine minority identities of gender and sexuality. In this way, it was shown that, through the discursive functioning of the glossary circulating in a space understood as journalistic, there is a pedagogical discourse that crosses the identity issues of gender and sexuality and seeks to bring to light insights into what is or what is not, what can or cannot be understood about diversity

Keywords: *LGBTQQICAPF2K+*; *Restrictive Clauses*; *Glossary*.

**N**o presente trabalho, tomamos como objeto de estudo a sigla LGBTQICAPF2K+. Para isso, analisamos uma matéria publicada na revista *Alternativa L*, que nasceu voltada para a comunidade lésbica e logo identificou a necessidade de tratar das outras identidades minoritárias de gênero e sexualidade. Assim, a revista feita por LGBTI+ da zona leste de São Paulo propõe a conscientização sobre temas relacionados às mulheres lésbicas e ao fortalecimento da luta contra discriminações, sexismo, violências e injustiças acerca das relações de gênero e sexualidade. Como indicado em notas da redação na edição 19, a revista apresentará uma roupagem abrangente dentro da sigla LGBTIQ+ e atenderá 50% de suas matérias para o público L, e os outros 50% distribuídos entre as outras letras.

Dessa forma, pretendemos analisar, sob a perspectiva da Análise do Discurso pecheutiana, uma matéria dessa edição que busca apresentar os significados dos nomes presentes na sigla LGBTQICAPF2K+ (o que

---

3 Uma versão preliminar desta reflexão foi apresentada no X SEAD (Seminário de Estudos em Análise do Discurso), em 2021, sob o título “O que cabe na sigla? Designação e contradição na proposta LGBTQICAPF2K+”.

mobilizamos enquanto sequência discursiva). Ou seja, como a sigla significa a partir dos nomes que são representados em cada letra, como também o texto que descreve o que significa cada nome.

Tal sigla, mais extensa, surgiu em discussões em fóruns da internet em 2018 por ativistas da comunidade, principalmente no Reino Unido, e propõe uma legenda ampliada para o grupo de minoria de identidades de gênero e sexualidade que são dissidentes de um sistema centrado na cisgeneridade e na heterossexualidade (e também para seus apoiadores e outras identidades).

Em uma trilha histórica, pontuamos que, no Brasil, com o surgimento do movimento homossexual (gay) na década de 70, começa a circular a sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), posteriormente essa é atualizada para GLBT (adentrando os termos *bissexual* e *transgênero*) e, finalmente, é reescrita como LGBT a partir da demanda levantada pela comunidade de evidenciar as mulheres lésbicas. Essa última é a sigla que passou a ser a mais utilizada no país e que, contemporaneamente, é escrita com o sinal de + no final. Atualmente, percebemos a importação da nova sigla ampliada, que desde sua criação foi alvo de diversos debates sobre o que caberia ou não estar presente e representado nessa comunidade da diversidade.

A partir do exposto, refletimos que não existe um consenso sobre qual sigla utilizar, nem sobre qual é a mais correta, representativa. Ademais, entendemos que as diferentes opções se materializam a partir de uma tomada de posição ideológica. Sendo assim, nosso intuito não é defender alguma sigla especificamente, tendo em vista as diversas variações de sigla para representar a comunidade/as identidades.

Resta definir como mobilizamos o conceito de *identidade* neste texto. A partir de uma perspectiva dos Estudos Culturais, em articulação com a Análise do Discurso, Silva e Silveira (2020, p. 415) pontuam que a identidade pode ser pensada como um processo cultural, ou seja, construída nos processos discursivos. Logo,

tanto a AD quanto os Estudos Culturais dialogam na compreensão de um sujeito não individualizado, empírico, mas um sujeito clivado, múltiplo, disperso, de semelhante modo às suas identidades. A hipótese principal, por meio da articulação entre AD e os Estudos Culturais, então, é que o discurso tende a legitimar identidades. (SILVA; SILVEIRA, 2020, p. 415).

Desse modo, ao entendermos a identidade como construção discursiva, podemos mobilizar análises das quais o funcionamento discursivo é o que nos dá as pistas da(s) identidade(s) construída(s). A AD, nesse sentido, juntamente com os Estudos Culturais, nos dão aporte teórico para compreender a identidade como essa construção possível.

No que se refere, ainda, à identidade, é salutar destacar que na sociedade atual, contemporânea, não há mais a compreensão de uma identidade rígida, unificada, homoganeamente orientada, pois se entende que as identidades estão sempre em movimento, são cambiantes. (SILVA; SILVEIRA, 2020, p. 415).

É no âmbito dos Estudos Culturais que a identidade, tomada como objeto, não tem mais um sentido de unicidade, igualdade e permanência. Hall (2006) compreende as identidades como fluidas e fragmentadas a partir da noção de sujeito pós-moderno inscrito em uma globalização e hibridismo cultural. Assim, as identidades são historicamente determinadas, ou seja, se formam e se constroem com continuidade nas relações dialógicas com a diversidade cultural existente.

À medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p. 13).

É, pois, no fio do discurso que uma possibilidade de identidade é construída. Ademais, é discursivamente que se afirma aquilo que uma identidade pode ser também em negação ao que outras são. Ou seja, a designação nos dá dicas do fechamento de sentido para uma identidade.

184

Sendo assim, objetivamos analisar o modo como a sigla e as designações das letras presentes nela se materializam discursivamente na matéria da revista (Imagem 1). Dessa maneira, analisando as formulações presentes na matéria da edição 19, buscamos suscitar discussões sobre a produção de efeitos de sentidos.

Para isso, analisaremos os funcionamentos discursivos que perpassam a construção da sigla, como as reescrituras das letras na significação de cada identidade, o discurso pedagógico que instrui, por meio de um glossário, o que e como é apresentado enquanto correto dizer, e o efeito das orações subordinadas adjetivas no processo de designação.



Fonte: Alternativa L, São Paulo, SP, ano 5, ed. 19, nov, 2019.

## Reescrevendo a sigla

Colocamos em debate que, enquanto o acréscimo de novas letras às formas anteriores e o sinal da adição final pretendem incluir o máximo de diferentes identidades na nova configuração, essas mesmas estratégias parecem sempre deixar algo escapar — principalmente no que deixa de ser dito no processo de determinação. Além disso, a constante mudança de definições e designações parece criar uma instabilidade, apesar de justamente propor estabelecer categorias estáveis. Com base em Guimarães (2003) e Zoppi-Fontana (2003) e seus estudos acerca da designação e espaços enunciativos e considerando, então, a designação como a significação de um nome em relação com outros nomes, propomos um primeiro gesto de análise sobre as reescrituras dos substantivos que são representados na sigla com uma letra.

As designações têm, em geral, um papel muito importante que não se reduz ao papel de indicar a existência de algo em algum lugar, nem mesmo ao de servir de rótulo para alguma coisa. Um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte. (GUIMARÃES, 2003, p. 54).

Dessa maneira, começamos a pensar no funcionamento da sigla como um nome. Vejamos, quando colocamos a sigla *LGBTQQICAP2K+* ao lado do substantivo *movimento* (termo utilizado para identificar um grupo que apresenta politicamente suas demandas por direitos, por exemplo), temos um termo — a sigla — que funciona como qualificação (adjetivação) do substantivo, como ocorre também em: movimento *negro*, movimento *feminista*. A principal diferença, nesse caso, é que, enquanto os outros dois exemplos remetem a só uma palavra e funcionam ainda como identificação de um grupo bastante singular, a sigla é constituída de letras que remetem às palavras por extenso, que aí sim são também substantivos e carregam uma multiplicidade.

Assim, para além dos ideais, a sigla simboliza mais de um grupo de sujeitos, e, nesse caso, estes se reúnem a partir das identidades de gênero e sexualidades tidas como socialmente dissidentes e/ou que lutam por direitos sociais ainda não conquistados. Acerca disso, observamos que essa atual sigla, com uma legenda mais extensa, por exemplo, carrega também grupos de pessoas que apoiam tal luta por direitos. Assim, presenciamos descrições tais como *Aliados* e *Família*. Desse funcionamento, tentamos compreender como se dão as designações das letras da sigla, a disputa pelos sentidos e o litígio social evocado, considerando o funcionamento desses elementos nas relações sociais que constroem e participam; ainda, o que comparece e o que não é dito.

Portanto, a partir da reescrituração — as descrições desses substantivos que os designam (referenciam) e os fazem significar —, identificamos dois funcionamentos: o de definição e o de indefinição de uma referência. No primeiro caso, de definição, há as construções das identidades com a reescrituração dos substantivos, em que o termo “pessoa”<sup>4</sup> é acompanhado de um verbo que indica o comportamento sexual/a identidade de gênero ou sexualidade. No segundo, de indefinição, há o sinal de +, em que os sentidos possíveis não são reescriturados.

Desse modo, para cada letra da sigla há um substantivo, e esse é caracterizado (descrito, designado), menos o sinal +, conforme a imagem 1. As reescriturações, portanto, colocam em jogo o que e como pode ser dito sobre a identidade de gênero e/ou sexualidade. Ainda, o que é silenciado

---

4 Para Two-spirits (*dois espíritos*), não há a palavra “pessoa”.

sobre esses dois aspectos da identidade do sujeito, uma didatização sobre o significado do termo e a cristalização acerca dos sentidos. Nesse sentido, ocorre uma desambiguação, que, para além de termos/substantivos, são identidades que representam um grupo, e não somente uma pessoa.

Colocando as “novas letras” na sigla (antiga LGBT), as designações nas reescrituras passam por 4 processos, em que podemos agrupar designações que se assemelham de acordo com a descrição de pessoa ali presente:

- a) Identidades construídas na perspectiva de gênero e sexualidade dissidentes de um sistema cisgênero, heterocentrado e binário — são elas: lésbicas, gays, bissexuais, travestis/transgêneros, queer e intersexo (LGBTQI);
- b) Identidades **não** construídas na perspectiva de gênero e sexualidade em *a* (acima) e que **não** são convencionais em um sistema moral do sexo — são elas: questionando, assexual, pansexual /polissexual, 2 espíritos e kink (QAP2K);
- c) Identidades construídas na perspectiva de gênero e sexualidade **não** dissidentes de um sistema cisgênero, heterocentrado e binário — são elas: curiosos e familiares/amigos (CF);
- d) Não há designação da identidade (+);

Ademais, cabe analisar esse discurso midiático presente na revista e que funciona como um discurso pedagógico (ORLANDI, 1983), pois busca ensinar aos interlocutores (leitores) como as coisas devem ser ditas, nomeadas, designadas, a partir de um glossário, o mais antigo instrumento pedagógico, segundo Aurox (2008). Segundo o autor, os glossários antigos se destinavam a palavras pouco conhecidas e/ou difíceis, “o que nos permite dizer que trabalhavam a opacidade do texto e esta opacidade era da ordem da oposição conhecidas/desconhecidas e fácil/difícil” (MEDEIROS, 2015, p. 31).

Esse mesmo objetivo parece presente em um tipo de glossário atual acerca da temática LGBTI+, colocando, assim, as questões de gênero e sexualidade no campo do desconhecido, não sabido, difícil de entender, mas que também precisam ser apresentadas, desmistificadas, desambiguizadas. Sendo assim, esse discurso pedagógico que objetiva ensinar significados pode ser entendido como necessário socialmente para didatizar as questões de gênero e sexualidade, e traz as designações em uma lógica de que a sociedade não conhece e precisa compreender.

Ao que nos apresenta Haroche (1992) sobre ambiguidade linguística e desambiguação extralinguística, podemos remeter a esse processo de didatização, o qual também carrega as características da teoria da desambiguação.

Assim, a teoria da desambiguação, constituída pelos gramáticos do século XVII, está manifestamente ligada a uma certa concepção da atividade de linguagem, ligada ela mesma a uma certa



ideologia da clareza, da transparência (que se inscreve mais amplamente em uma ideologia política centralizadora). O sujeito aí discorre livremente e com toda clareza, e esse discurso reflete a ordem das coisas e do mundo no qual ele naturalmente encontra meio de se inscrever. (HAROCHE, 1992, p. 27).

Desse modo, compreendemos o discurso jornalístico como aquele que desambigua o mundo, pois o explica, sendo que “a imprensa não é o ‘mundo’, mas deve falar sobre esse mundo, retratá-lo, torná-lo compreensível para os leitores.” (MARIANI, 1996, p. 64). Assim colocado, para Mariani (1996), o discurso jornalístico também se institui como uma espécie de *discurso sobre*. Tomando ainda as características do discurso pedagógico autoritário que surge como processo de polissemia contida (ORLANDI, 1983), entendemos a matéria em análise como um efeito pedagógico das questões de gênero e sexualidade.

As reescrituras, dessa forma, se inserem em um movimento de didatização, de (in)formação sobre as identidades que são postas na sigla. Portanto, instituem-se sentidos para o que é não só a comunidade de diversidade, como também para o que são cada identidade ali designada. Assim, “a determinação deixa entrever a questão do sujeito, sustenta sua identidade, mas a pressupõe inevitavelmente de uma certa maneira” (HAROCHE, 1992, p. 27). A esse fechamento que nos referimos em seguida, pois é na determinação da identidade que outros aspectos escapam, outras possibilidades de designações não são ditas. Por fim, pontuamos a importância de uma didatização da diversidade para a sociedade, mas nos preocupamos com os limites impostos para as identidades.

### **As restritivas no funcionamento da descrição**

A matéria traz, ao lado de cada termo identificado na sigla LGBTQQICAPF2K+ (ou mais de um termo, como veremos na SD1), a descrição de alguma forma de construção de sexualidade, sexo ou gênero. Cada descrição tem o propósito de explicar as principais características determinantes de cada identidade representada na sigla. Dessa forma, a sigla pressupõe a existência de sujeitos que assim se identificam. Com a sigla disposta verticalmente na página da revista, cada letra é seguida de uma descrição na forma de oração subordinada relativa restritiva, ou de forma que possa ser parafraseada com uma restritiva, tal como:

SD1: Lésbicas e gays: sentem atração sexual, física e afetiva por pessoas do mesmo gênero.

Sequência que, se posta em uma estrutura paralela às das demais definições, pode ser parafraseada como: *lésbicas e gays são aqueles que sentem atração sexual, física e afetiva por pessoas do mesmo gênero.*

Segundo Pêcheux (1997 [1975]), estruturas determinantes, como as restritivas, estabelecem uma relação essencial entre o sujeito da frase e aquilo que se diz sobre ele, como se o que é dito fosse uma descrição de um fato universal. É esse efeito de universalidade que faz Pêcheux retomar Henry (1975) com o conceito de pré-construído, aquilo que retoma um discurso anterior àquela enunciação, “*como se esse elemento já se encontrasse aí*” (PÊCHEUX, 1997 [1975]), nós apenas descrevemos as coisas como elas são. Ou seja, colocar as diferentes letras da sigla descritas através das restritivas nos coloca essas definições como evidência: *é óbvio* que lésbicas e gays sentem atração por pessoas do mesmo gênero. Observando os efeitos de pré-construído nas sequências, começamos a questionar essas relações determinantes em relação umas às outras, as descrições das letras das siglas em comparação.

Adiante na sigla, temos a definição:

SD2: Bissexuais: *é a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos e gêneros.*

Segundo a SD acima, bissexual é aquele que se relaciona com pessoas de ambos os sexos e gêneros. A ocorrência de “ambos os sexos e gêneros” remete a um conhecimento prévio que somente considera dois sexos e dois gêneros como possíveis, reforçando uma lógica binária às possibilidades de sexo e gênero. Isso é reiterado nas SDs seguintes:

SD3: Travestis: *é a pessoa que nasce do sexo masculino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico.*

SD4: Transexuais: *são pessoas que não se enxergam no gênero designado no nascimento.*

Ao descrever a identidade de gênero da travesti como “oposta”, esse enunciado também nos leva à lógica binária, na qual se a pessoa nasceu “do sexo masculino”, ela só pode se identificar com o gênero feminino, aquele que “opõe” o masculino no sistema binário. Por sua vez, a pessoa identificada como transexual “não se enxerga no gênero designado no nascimento”, pois há uma determinação do gênero a partir da genitália no nascimento. Já na descrição em comparação com o nome que a antecede podemos ter algumas questões. Segundo a explicação, a pessoa “não se enxerga no gênero”, mas o nome traz o sufixo “sexual” como parte que o compõe. Isso pode gerar uma interpretação onde gênero se iguala a sexo, o que, como mostramos, é contraditório dentro do funcionamento da sigla.

Em relação à SD imediatamente anterior (tanto na nossa divisão como na divisão da revista), essa SD pode colocar algumas questões, como: se a identidade travesti funcionasse num sistema de oposição binária, o fato de a pessoa transexual não se enxergar em seu gênero designado significa que ela se identificará com o gênero supostamente oposto? De que forma a transição se daria apenas de masculino para feminino e de feminino para masculino? Ou a falta de especificação significa que a pessoa transexual pode se situar fora do sistema binário, não se identificando apenas como masculino ou feminino, mas talvez com nenhum?

A SD abaixo parece vir tratar especificamente sobre isso, a identidade queer/genderqueer traz na explicação entre parênteses “não-binário”, ou seja, já no próprio nome que antecede a descrição, essa identidade se situaria fora da lógica binária:

SD5: Queer/Genderqueer (não-binário): é usado para pessoas cuja identidade de gênero não é nem inteiramente masculina nem inteiramente feminina.

Essa descrição já pelo nome (“não-binário”) vai contra o sistema binário que vinha sendo reproduzido. Dessa forma, pessoas não binárias, na designação apresentada, são aquelas que não se identificam nem com o gênero masculino, nem com o feminino. Assim como a pansexualidade, os não binários são aqueles descritos através da negação, ou seja, em vez de serem “aqueles que X”, são “aqueles que não X”. Por esse motivo, podemos dizer que as descrições de pansexualidade e não binarismo vêm para abalar as categorias fechadas e determinadas, onde temos um número passível de ser determinado de possibilidades de identificação e atração, assim, se aproximando dos conceitos abordados pela teoria queer, que tratará de desmanchar esses pré-construídos. O que Preciado (2014) aponta, por exemplo:

No âmbito do contrato contrassexual, os corpos se reconhecem a si mesmos não como homens ou mulheres, e sim como corpos falantes, e reconhecem os outros corpos como falantes. Reconhecem em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, assim como a todas as posições de enunciação, enquanto sujeitos, que a história determinou como masculinas, femininas ou perversas. (PRECIADO, 2014, p. 21).

Voltando à comparação da SD5, acima, com a SD4, sobre as pessoas transexuais, fica a dúvida sobre o que está sendo considerado gênero e sexo no discurso que perpassa essas definições. Em outras palavras, por que em um nome, SD4, temos a parte “sexual”, e em outro, SD5, temos “gender”,

remetendo a gênero em inglês, quando ambas as definições trazem a questão de gênero? Ainda, a binariedade que se apresenta é sempre masculino/feminino, construindo um efeito de que a não binariedade se opõe totalmente a isso, porém, quando é afirmado que “nem inteiramente a nem *b*”, sendo *a* = masculino e *b* = feminino, essas características não deixam de estar presentes na não binariedade, justamente porque se nega “não inteiramente”, como se dissesse “é metade de cada”.

Na SD seguinte, temos:

SD6: Questionando: é uma pessoa que não sabe qual a sua identidade ou orientação sexual.

Essa SD trata, aparentemente, apenas de “identidade ou orientação sexual”, deixando de lado a questão do gênero, que veio sendo trazida já em SDs anteriores. Por trazer tanto “identidade” quanto “orientação”, não fica claro qual seria a diferença entre as duas. Portanto, não fica claro se ambas se referem a comportamentos sexuais, ou se cada uma teria sua especificidade. Tal questão pode ser interpretada como uma falha, sendo que a desambiguação sempre estava sendo posta em questão, aqui percebemos justamente um processo de dúvida, de abertura, um efeito de questionamento que coloca as questões de gênero no campo de indeterminado.

Na SD seguinte, temos a definição de intersexo:

SD7: Intersexo: são pessoas que nascem com genital ambíguo, com pênis, com vagina, depende de cada pessoa. Essas pessoas não se encaixam perfeitamente nas definições tradicionais de “sexo masculino” ou “sexo feminino”.

Essa SD traz uma definição de pessoas que “não se encaixam perfeitamente nas definições tradicionais de ‘sexo masculino’ ou ‘sexo feminino’”, possivelmente dando a entender que as outras identidades se encaixariam. Pode ser possivelmente problemático implicar que pessoas trans, travestis, ou até mesmo não binárias se encaixam nas definições tradicionais de sexo masculino ou feminino.

Na SD sobre o curioso, temos:

SD8: Curioso: é para quem tem curiosidade de experimentar outras coisas, mesmo tendo certeza do que é.

Nessa SD nós temos uma definição sobre comportamentos sexuais. Seria uma pessoa que tem consciência de sua orientação sexual, mas não se prende a ela nas suas práticas. O que pode ser problemático é que não fica claro qual a diferença, na prática, entre essa e outras práticas sexuais que

incluem mais de um sexo/gênero. Se essa pessoa “tem certeza do que é”, então ela teria outra identidade/orientação segundo as definições ali presentes. Portanto essa identidade parece vir “acompanhada” de outra(s).

Já na SD contendo a descrição de pansexuais e polisssexuais, temos:

SD9: Pansexual e Polisssexual: alguém que sente atração independentemente do gênero da pessoa e polisssexual é quem sente por vários gêneros, mas não todos.

O polisssexual é descrito como aquele que “sente atração por vários gêneros, mas não todos”. A referência a “vários gêneros” em polisssexual pode ir de encontro ao sistema binário que até então sublinha as descrições das letras, visto que “vários” pressupõe a existência de mais de dois. Além disso, se não se tratasse de mais de dois gêneros, a pessoa “polisssexual” cairia inevitavelmente nas categorias gay, lésbica, ou heterossexual, pois se não sente atração por todos, e todos são dois, então ela sente atração por um.

Ao afirmar que pansexuais sentem atração “independentemente do gênero”, se considerado que as outras sexualidades ou identidades tratadas acima operam sob um sistema binário que compreende dois gêneros, então o pansexual pode sentir atração por ambos os gêneros masculino e feminino, não diferindo do bissexual. Somado a isso, enquanto as outras sexualidades determinam suas atrações ou relações quanto ao gênero, a panssexualidade descreveria aqueles que não se atraem em razão do gênero da pessoa por quem se atraem. Porém, se a condição para a atração não é o gênero, então é o que?

Da mesma forma, a definição de assexualidade também se forma com a negação:

SD10: Assexual: é para todas as pessoas que não sentem atração sexual, ou seja, o sexo não faz parte de um relacionamento.

As identidades trazidas nas SDs acima delimitam possibilidades de conceitos de gênero, sexo e sexualidade. Como vemos na sigla, além dessas, somos apresentados ao sinal “+”, que não conta com uma descrição. Dessa forma, está escrito na própria sigla que as letras não esgotam as possibilidades de identificação. Possivelmente, esse sinal “+” se proponha a dar conta daquilo que *fica de fora*. Segundo Zoppi-Fontana (2003), através da universalização da categoria dos cidadãos, “recorta-se, ao mesmo tempo, como resíduo dessa operação, um lugar de exclusão que abrange os que ficam fora do NÓS CIDADÃOS” (p. 260). Para nossa análise, podemos considerar que, ao designarmos as sexualidades, recortamos ao mesmo tempo um lugar que está fora, que abrange os sujeitos que não se identificam com o que está descrito.

Segundo Pêcheux (1995 [1975]), a própria estrutura determinante não exclui os que a ela não se aplicam, inclusive, ela pressupõe a existência desses sujeitos. Portanto, se todas as letras da sigla são “aqueles que X”, fora dela estariam “aqueles que não X”, o que vai ao encontro do que foi dito acima sobre as categorias pan e queer não se comportarem da mesma forma, ou sob o mesmo sistema, que as outras.

Em se tratando de sistema, Zoppi-Fontana (2003) aponta como as designações funcionam por meio da oposição de uma em relação à outra. Em relação à sigla, podemos dizer que, além da comunidade LGBTQQICAPF2K+ se pretender opor ao dominante heterocentrado, dentro da própria sigla, as letras se opõem entre si. Dessa forma, dentro da sigla se produz um sistema de valores como entendido em Saussure (2012)<sup>5</sup>. Linguisticamente, se criamos diferentes designações e, portanto, diferentes signos, esses signos necessariamente se opõem entre si, como é da natureza do signo: um signo é “a contraparte dos outros signos da língua” (p. 162) e “sua característica mais exata é ser o que os outros não são” (p. 164).

Já a designação sobre familiares e amigos não traz comportamentos sexuais nem identidades de gênero:

SD11: Familiares e amigos: também conhecidos como aliados. São pessoas que se consideram parceiras da comunidade.

Essa definição, por se tratar de pessoas que, aparentemente, não fogem ao sistema cisheteronormativo binário, abre, ainda mais, as possibilidades de sujeitos abrangidos pela sigla. Isso porque essa definição não traz comportamentos sexuais ou identidades de gênero, como as outras.

A penúltima definição, sobre two-spirit, traz um termo vindo de uma “identidade indígena americana”:

SD12: Two-spirit: é uma identidade indígena americana, bastante antiga, que não possui o padrão de gênero da sociedade como homem e mulher. Eles acreditam ter nascido com espíritos masculinos e femininos dentro delas.

A questão a ser analisada nessa SD não é sobre sua definição quanto a gênero ou sexo, mas sim a questão de trazer um sistema de uma sociedade à margem. Ao dizer que esta identidade “não possui o padrão de gênero da sociedade como homem e mulher”, é possível inferir que esta sociedade que está sendo mencionada é a sociedade dominante, por mais que não esteja esclarecido de quem se fala.

<sup>5</sup> Aqui trabalhamos com o Saussure de um momento: o *Curso de Linguística Geral* (2012 [1916]), compreendendo as especificidades e particularidades que a obra elenca em relação à sua autoria.

A última definição traz a questão do fetiche sexual:

SD13: Kink: significa fetiche, ou seja, simplesmente pessoas com fetiches não-convencionais.

Essa definição implica que as pessoas que assim se identificam têm práticas sexuais tidas, socialmente, como não convencionais. Assim, essa SD deixa de lado algo que vinha explicado em algumas outras identidades, que é com quem essas pessoas se relacionam, em termos de gênero e sexo. Portanto, essa categoria funciona assimetricamente às outras, visto que não é construída com as mesmas questões identitárias de gênero e sexualidade, e sim abrange um aspecto do comportamento sexual de pessoa.

### **Considerações finais**

Por fim, a inclusão de mais letras na sigla propõe também a inclusão de identidades tanto sexuais como de gênero, ao mesmo tempo em que cria mais diferenças entre os sujeitos. A sigla, que se propõe inclusiva e busca representar a maior quantidade de identidades possível em uma comunidade em que rótulos não deveriam importar, apresenta definições identitárias que parecem operar sob um sistema que não só cria diferenças, como também as estabiliza. Essa última questão é efeito do próprio glossário, que põe em evidência a diversidade de identidades encontradas na comunidade que são, através das designações, reafirmadas.

194

Chama a atenção, por exemplo, esses processos discursivos que colocam em evidência uma necessidade de didatizar as questões de identidade a partir da produção discursiva da própria comunidade LGBTI+. Há mais exemplos, atualmente, que justamente abrem as questões do movimento de minorias para um entendimento social mais amplo. Para além da nomeação, esse discurso mobilizado no glossário, que funciona também enquanto discurso jornalístico e pedagógico, busca clarear as identidades para os próprios sujeitos, apontar caminhos, conter sentidos, como também para a sociedade sobre esses sujeitos.

Designar, assim, é descrever o que são essas identidades. É apresentar as questões identitárias de gênero e sexualidade como fato do mundo e tentar compreendê-las, sob um efeito de transparência. Dessa forma, unem-se os fios discursivos que restringem e fecham sentidos, mas circulam e (in)formam também sentidos necessários na construção de uma sociedade menos preconceituosa. Do que se afirma e se nega sobre as identidades, ficam demarcadas existências possíveis. Já, sobre o que não é dito, não é silenciamento, mas opacidade que faz as questões não cessarem.

FELICIANO, Ananda. O significado da sigla LGBTQQICAPF2K+. *Alternativa L*, São Paulo, SP, ano 5, ed. 19, nov, 2019.

GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaços de enunciação: um encontro político no cotidiano. *Letras*, Santa Maria, RS, v. , n. 26, p. 53-62, jun, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural da pós-modernidade*. São Paulo: DP&A, 2006.

HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

HENRY, Paul (1975). Construções relativas e articulações discursivas. Trad de João Wanderley Geraldi e Celene Margarida Cruz. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 19, p. 43-64, jul./dez., 1990.

MARIANI, Bethânia. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 -1989)*. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 1996.

MEDEIROS, Vanise. Um glossário contemporâneo: a língua merece que se lute por ela. *Revista Rua*, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 20-33, nov, 2012.

NUNES, José. H. Discursividades contemporâneas e dicionário. IN: INDURSKY, F. FERREIRA, M.C.L.; MITTMANN, S. *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009.

ORLANDI, Eni. P. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PÊCHEUX, Michel (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni Pulcinelli Orlandi et al., 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PRECIADO, B. O que é contrassexualidade. In: PRECIADO, B. *Manifesto Contrassexual*. tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Trad. de Antônio Chielini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.



SILVA, Daléxon S.; SILVEIRA, Éderson L. Discurso e memória da(s) identidade(s) em crise: efeitos identitários em charges online sobre sujeitos professores. *Revista X*, Curitiba, PR, v. 15, n. 7, 2020.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. G. Identidades informais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. *Organon*, Porto Alegre, RS, v. 17, n. 35, out, 2003.